

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.516 - PB (2019/0045657-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA

PROCURADORE : ALESSANDRA FERREIRA ARAGÃO

S

ADLANY ALVES XAVIER - PE1671197

AGRAVADO : MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

PROCURADORE : ADELMAR AZEVEDO RÉGIS - PB010237

S

RODRIGO CLEMENTE DE BRITO PEREIRA - PB019399

CINTIA LEITÃO BERNARDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS. SENTENÇA IMPUGNAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 118/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo ESTADO DA PARAÍBA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 241 e-STJ):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO COMO MEIO RECURSAL CABÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-H DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 118 DO STJ. INCIDÊNCIA DO ART. 932, IV, "a" DO CPC/ 2015. DESPROVIMENTO.

O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

Como o recurso está em manifesto confronto com a Súmula' nº 118 do Superior Tribunal de Justiça, configura-se a hipótese legal que autoriza a decisão monocrática.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 266 e-STJ).

No recurso especial interposto pela alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente sustenta contrariedade ao art. 513 do CPC/1973 (atual art. 1.009, CPC/2015), ao argumento de que o caso não se trata de liquidação de sentença, mas de execução de título extrajudicial, não sendo hipótese para aplicação do art. 475-H do CPC/1973, nem da Súmula 118/STJ.

Contrarrazões a fls. 286-294 e-STJ.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Confere-se que a Corte de origem entendeu manifestamente inadmissível o manejo do recurso de apelação interposto contra sentença que homologou atualização do cálculo da liquidação, quando a via processual cabível é o agravo de instrumento,

configurando-se a hipótese da Súmula 118/STJ (fls. 242/243 e-STJ).

Consta da sentença à fl. 179 e-STJ: "Homologo, por sentença, os cálculos de fls. 156. Intime-se. Após certificado o decurso do prazo, expeça-se o precatório."

Com efeito, incide à espécie a Súmula 118/STJ: "O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo de liquidação".

Ante o exposto conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

